

## **Modernização do espaço rural brasileiro: “novo” olhar para a agricultura familiar**

### **Modernizing Brazilian rural space: “new” looking at family agriculture**

*Ivani Belenice Dallanôra*

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil

[ivanidallanora@yahoo.com.br](mailto:ivanidallanora@yahoo.com.br)

#### **Resumo**

O objetivo deste trabalho consiste em propor uma discussão teórica diante do processo de reorganização da agricultura familiar frente ao processo de modernização do espaço rural brasileiro. Dentro desta perspectiva busca identificar os reflexos da reorganização do campo no desenvolvimento da agricultura familiar. Do mesmo modo, busca refletir sobre as mudanças conceituais, estruturais, econômicas e sociais que a agricultura familiar vem apresentando ao longo da sociedade moderna, bem como analisar as novas dinâmicas inseridas no meio rural brasileiro e as possibilidades que esta categoria vem apresentando para permanecer “familiar” diante do processo de capitalização campo. A metodologia de estudo baseou-se a em uma abordagem teórica, trazendo autores que viessem a contribuir para o aprofundamento da temática proposta. Primeiramente foi realizada a seleção destes autores, destacando: Brum (1988), Tambara (1983), Schneider (2009) Wanderley (2003), entre outros que deram suporte teórico para o presente estudo, visando refletir sobre o processo de modernização do espaço rural e a organização da agricultura familiar neste contexto. A partir desta análise teórica conclui-se que com a modernização do espaço rural a agricultura familiar reestruturou-se e vem buscando novas alternativas de reprodução através da inserção de novas atividades agrícolas e não-agrícolas, integradas aos mercados locais, regionais e nacionais, preservando suas práticas agrícolas no interior das propriedades, bem como recriando novas formas de reprodução social e econômica.

**Palavras-chave:** Modernização; Agricultura; Pluriatividade.

#### **Abstract**

The objective of this work is to propose a theoretical discussion regarding the process of reorganization of family farming in the face of the modernization process of the Brazilian rural space. Within this perspective, it seeks to identify the reflexes of the reorganization of the countryside in the development of family farming. Likewise, it seeks to reflect on the conceptual, structural, economic and social changes that family farming has been presenting throughout modern society, as well as analyzing the new dynamics inserted in the Brazilian rural environment and the possibilities that this category has been presenting to remain “family” in the face of the field capitalization process. The study methodology was based on a theoretical approach, bringing authors who would contribute to the deepening of the proposed theme. First, the selection of these authors was carried out, highlighting: Brum (1988), Tambara (1983), Schneider (2009) Wanderley (2003), among others that gave theoretical support for the present study, aiming to reflect on the process of modernization of the rural space and the organization of family farming in this context. Based on this theoretical analysis, it can be concluded that with the modernization of rural areas, family farming has been restructured and has been looking for new reproduction alternatives through the insertion of new agricultural and non-agricultural activities, integrated with local, regional and national markets, preserving their agricultural practices inside the properties, as well as recreating new forms of social and economic reproduction.

**Keywords:** Modernization; Agriculture; Pluriactivity.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura no mundo ocorrida após o término da Segunda Guerra Mundial trouxe profundas mudanças, como estruturais, econômicas, sociais e ambientais, alterando profundamente a organização do espaço geográfico, bem como a organização social do trabalho e as relações entre o campo e a cidade. Este modelo de desenvolvimento, adotado primeiramente nos países desenvolvidos, expande-se por todo o mundo, cujo objetivo era produzir a qualquer custo. Nos países subdesenvolvidos e em “desenvolvimento” ocorreu a partir da década de 1960 e 1970, visando contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no espaço rural, paralela ao processo de industrialização do espaço urbano.

Com relação à modernização do campo que é o foco deste estudo, é importante salientar que esta ocorreu de forma contraditória, pois não houve uma integração homogênea entre as distintas regiões, propriedades e os agricultores. A integração dos espaços rurais a este processo ocorreu de acordo com as vantagens que tinha a oferecer para a materialização do sistema capitalista. Neste contexto, Brum (1988) salienta que no Brasil este modelo econômico desenvolvido a partir da metade do século XX apresentou-se como um processo conservador, concentrador, exportador, dependente e excludente.

Neste sentido, este artigo propõe uma discussão teórica diante da reorganização da agricultura familiar frente ao processo de modernização do espaço rural brasileiro. Do mesmo modo, faz uma reflexão sobre as mudanças conceituais, estruturais, econômicas e sociais que esta categoria vem apresentando ao longo da sociedade moderna, bem como suas possibilidades de desenvolvimento diante do processo de capitalização do espaço rural. Deste modo, Godoy e Wizniewsky (2013, p.2), salientam que “o agricultor familiar não desapareceu com a integração do capitalismo na agricultura, ao contrário, ele se recriou e adaptou-se estabelecendo “novas” formas de produção e reprodução social”.

Um “novo olhar” sobre a agricultura familiar emerge diante do processo de modernização do espaço rural, em que o capital organiza o modo de produção estruturado, beneficiando a burguesia rural, enquanto que os pequenos proprietários ficaram a margem deste processo, sendo progressivamente descapitalizados. Este olhar poderá estar presente através da criação de políticas públicas voltadas a agricultura familiar e da revitalização dos movimentos sociais e cooperativistas no campo. Estas iniciativas contribuem para a diversificação das atividades produtivas através da pluriatividade e da criação de um mercado local e regional para atender a demanda de produção, preservando a cultura local e o meio ambiente.

Ao longo deste trabalho estas questões serão levantadas, não com o propósito de apresentar a agricultura familiar camponesa como uma organização produtiva, econômica e social

independente do capital, pois como nos coloca Silva (1981 apud SPANEVELLO, 2008), o campesinato não está desconectado do circuito global, ao contrário encontra-se atrelado a ele de formas variadas.

## **2. IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**

O processo de modernização da agricultura brasileira surgiu na década de 1950 pós Segunda Guerra Mundial e contribuiu para o processo de reestruturação da agricultura, através da reorganização das atividades produtivas, alterando a organização da economia brasileira de agrária exportadora para urbano-industrial.

Desde então, o papel a ser desempenhado pela agricultura era dinamizar a economia industrial que se encontrava em decadência, pois nosso principal produto de exportação que era o café, responsável por financiar o desenvolvimento industrial tinha perdido espaço no mercado externo. Deste modo, a agricultura brasileira desenvolveu-se marcada pela racionalidade do atual sistema econômico, regulada pelas relações de produção voltadas a atender ao mercado urbano-industrial. Neste sentido, Brum (1988) destaca que como a estratégia de desenvolvimento econômico que vinha sendo adotada não pode mais ser sustentada, o governo lançou mãos de outros mecanismos com a abertura do país ao capital estrangeiro para garantir a expansão industrial. Neste momento, a agricultura no Brasil deixa de ser apenas um ramo de produção para o autoconsumo e passa a ter o propósito de comercialização, visando integrar o país à economia mundial.

Como nos coloca Santos (1997), diante das profundas transformações no desenvolvimento do processo produtivo, os sistemas de ação e os sistemas de objetos, associados ao setor agropecuário se reestruturaram diante de um “novo” modelo de desenvolvimento econômico, baseado na utilização da ciência, da tecnologia, do capital e da participação do Estado. Estes viabilizadores contribuíram para a expansão da industrialização no país, tendo a agricultura como a atividade responsável para atender a este processo.

Neste sentido, podemos afirmar que a modernização da agricultura no Brasil surgiu com o objetivo de desenvolver o setor industrial, não priorizando as práticas agrícolas no interior das propriedades familiares, as quais permanecem até hoje com dificuldades de inserir-se ao modelo de desenvolvimento capitalista e ao agronegócio.

O desenvolvimento da modernização da agricultura no país deu-se com a inserção dos insumos agrícolas modernos, máquinas, equipamentos, implementos e defensivos químicos a partir da “Revolução Verde”, visando o aumento da produção e da produtividade agrícola para atender as necessidades da produção industrial. Para Brum (1988, p.47), “[...] esse conjunto de técnicas inovadoras dá-se o nome de pacote tecnológico”. Neste contexto, novos objetivos e novas formas de

organização do espaço rural emergem, originando transformações no desenvolvimento das atividades agropecuárias, nas formas de produção e na divisão social do trabalho.

Neste processo, a participação do Estado foi relevante, através do desenvolvimento de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) que contribuíram para a modernização do setor agrícola no país e sua inserção ao capital industrial. Como demonstra Elias (2013), essas políticas agrícolas estavam voltadas a estruturação fundiária (Estatuto da Terra), a manutenção da propriedade particular do solo rural (Estatuto do Trabalhador Rural), a criação do Ministério da Agricultura; da Embrater; da Embrapa; do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e do Banco do Brasil. Estas políticas públicas de incentivo fiscal, financeiro e tecnológico contribuíram através de capital, assistência técnica, pesquisas e tecnologia para o aumento da produção e da produtividade de commodities (soja, café, suco de laranja, entre outros), voltadas a agroindústria e ao mercado externo. Esse processo não ocorreu em todo território, pois se desenvolveu como um instrumento que proporcionou o processo que Brum (1988), destacou como “modernização conservadora”. A absorção dessas novas tecnologias de produção foi específica a algumas áreas e regiões e, relacionada a determinados tipos de culturas, não alterando a estrutura fundiária de nosso país, que é concentradora.

Deste modo, como salienta Elias (1993, p.19) “[...] a reestruturação da agricultura brasileira foi socialmente excludente, pelo fato de só ter vingado com amparo financeiro e com regulação geral do Estado, mas com pesado ônus à maior parte da sociedade”. A modernização da agricultura beneficiou uma pequena parcela dos agricultores, ou seja, a burguesia rural, enquanto que os agricultores familiares ficaram a margem deste processo, sendo progressivamente proletarizados.

A partir do final do século XX este modelo de modernização da agricultura destacado por Brum (1988), desenvolveu-se visando o aumento da produção e da produtividade através do progresso tecnológico, mediante amplo emprego de novas técnicas e métodos de uso do solo agrícola, do fornecimento de máquinas, da aplicação de corretivos e herbicidas e do uso de sementes geneticamente modificadas com foco para a implantação da empresa capitalista no campo. O campo organiza novos espaços de produção e de trabalho e passa a ser atendido por uma demanda industrial, que converte a agricultura gradativamente como um setor subordinado a seus interesses.

A dinamização dos meios de transportes e a diversidade dos produtos também contribuíram nesse processo. Essa dinamização não ocorreu com a mesma intensidade em todas as regiões, em virtude do nível tecnológico que cada uma apresentava. Neste contexto Balsan (2006, p. 125) salienta que “as transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de

desigualdades e privilégios.” Entretanto, esse processo se deu de forma desigual, pois ao passo que incluiu algumas áreas excluiu outras do processo produtivo, reforçando a fragmentação do território e as diferenças entre o que Santos (1993 apud ELIAS, 1993) chamou de lugares do “fazer” e lugares do “mandar”.

Nesse sentido, a agricultura brasileira apresenta-se com uma grande dispersão espacial, com áreas mais desenvolvidas e uma agricultura mecanizada integradas as indústrias, os chamados complexos agroindustriais e voltada para o mercado externo. E uma agricultura tradicional, predominando ainda a pequena propriedade para o autoconsumo sem acesso ao processo de modernização e com forte dependência dos recursos de ordem natural.

A mecanização da agricultura, resultante do avanço tecnológico acarretou uma reorganização no meio rural através do desenvolvimento das atividades produtivas para atender as necessidades impostas pelo espaço urbano. O campo produz alimentos e matérias-primas aos habitantes e as indústrias das cidades, além da inclusão de novos e variados elementos de ordem cultural no espaço rural. Aumentou sua demanda de produção, mas diminuiu e subordinou a força de trabalho em benefício do capital. Como afirma Silva (2003), o maior impulso da adoção e difusão de inovações tecnológica na agricultura provém do ramo da indústria de bens de produção (máquinas, defensivos e fertilizantes) e das agroindústrias, os quais impõem os parâmetros tecnológicos à agricultura determinando a forma de modernização da produção.

O campo deixa de ser o espaço da produção para o autoconsumo e tornar-se o espaço do consumo e de produção para exportação, no qual a indústria fornece todos os equipamentos necessários (máquinas e insumos) para o desenvolvimento do espaço rural.

Esta nova organização do espaço rural brasileiro transformou a agricultura em um ramo subordinado a indústria, ampliando a relação do campo com a cidade, provocando um intenso processo de migração, êxodo rural e degradação ambiental.

O processo de Revolução técnico-científico vem ocasionando nos últimos 30 anos uma grande mudança no espaço geográfico. A intensificação do processo contraditório presente no espaço agrícola se dá através da distribuição da maior parte do capital fixo nas mãos de uma pequena parcela da população, os latifundiários, os quais ocupam um maior espaço territorial, desenvolvendo uma agricultura voltada para o mercado externo. Quanto aos pequenos produtores, os quais desenvolvem uma agricultura de base familiar, voltada para o mercado interno, tiveram suas áreas reduzidas devido à falta de estímulo governamental. Muitos foram descapitalizados e desapropriados de suas terras, migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os que permaneceram no campo foram obrigados a vender sua força de trabalho nas grandes lavouras como uma forma de complementação de sua renda.

Diante disto, observa-se uma alteração nas relações do trabalho agrícola no campo, impulsionada pelo processo de concentração fundiária, impondo uma nova dinâmica espacial através do avanço do trabalho assalariado e da materialização do capital, tornando o trabalho agrícola uma mercadoria. Este trabalho agrícola formal constitui-se no interior da propriedade capitalista de duas formas. Pelo trabalho dos pequenos agricultores familiares que não conseguem garantir a sobrevivência da família apenas com o trabalho desenvolvido em sua propriedade, sendo obrigados a se assalariar em determinadas épocas do ano e os chamados “boia-fria” que detêm apenas sua força de trabalho. Para Elias (2013), esse último, já foi totalmente expropriado dos meios de produção e tem no campo o seu lugar de trabalho e na cidade o seu lugar de residência, sendo o deslocamento diário cidade-campo-cidade parte de seu cotidiano.

Outro impacto causado pelo processo de modernização da agricultura no Brasil está relacionado a produção de alimentos ao consumo interno, pois a política implantada pelo Estado visa apenas o aumento da produção de matérias primas para a indústria e não ao abastecimento da população, provocando desinteresses aos produtos destinados ao consumo interno. “Esse fato acentuou o problema alimentar, uma vez que grandes áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos da população tornaram-se lavouras agroexportadoras ou agroindustriais”. (DAVID, 1995, p. 38). Esse modelo de produção introduzido no Brasil, como forma de acabar com a fome dos brasileiros, provocou uma grande desigualdade social e econômica, agravando as condições de sobrevivências de grande parte da população que se encontra de fora dessa nova organização do espaço agrícola.

Além disso, não pode esquecer-se do processo de degradação do meio ambiente que esse sistema acarretou como: o desmatamento para a ampliação do espaço de produção, o desgaste e compactação do solo, pelo uso de defensivos químicos, de máquinas e equipamentos mecânicos deixando-o exposto, acentuando o processo de erosão e como consequência a poluição da água e o assoreamento dos rios. De acordo com Campos e Tsukamoto (2003), a agricultura moderna pode também ser considerada uma das responsáveis pela diminuição da biodiversidade mundial, uma vez que o emprego de máquinas agrícolas e de insumos químicos em ambientes frágeis é responsável pelo processo de desertificação e destruição de algumas espécies.

Esse novo sistema produtivo adotado através do processo de modernização acarretou profundas mudanças na estrutura produtiva como um todo, pois proporcionou o desenvolvimento da produção, mas em contrapartida diminuiu a produtividade, consequência do empobrecimento do solo da maior parte dos estabelecimentos agrícolas do país.

Portanto como afirma Valente (2001), os resultados do processo de modernização no Brasil, não foram esperados, uma vez que esse processo é antieconômico, face a descapitalização dos camponeses, a diminuição da produtividade devido à pauperização dos agricultores, antissocial

porque acentuou o êxodo rural, a urbanização, a favelização, o desemprego, o subemprego e a concentração fundiária e antiecológica devido a intensa degradação ambiental.

### 3. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: “NOVO” OLHAR ATRAVÉS DA PLURIATIVIDADE

É importante salientar que o desenvolvimento das políticas governamentais voltadas para a agricultura no Brasil até final do século XX, como foram apresentadas inicialmente, não foram desenvolvidas por produtor, mas sim por região e/ou produto, atingindo de forma parcial os espaços produtivos, o que tem afetado diretamente na organização estrutural, econômica e social das propriedades familiares. Neste contexto como nos coloca Marmilicz (2013) a agricultura familiar manteve-se em um plano secundário na sociedade brasileira, fato este explicado pelo processo histórico que privilegiou a grande propriedade. Ao longo do desenvolvimento das atividades econômicas no país a agricultura apresentou grandes reestruturações, estabelecendo novas formas de produção e reprodução social com o processo de mercantilização do espaço rural, quebrando a relativa autonomia da agricultura familiar.

Com o processo de modernização do campo e a subordinação da agricultura ao setor industrial, que priorizou o desenvolvimento das atividades produtivas nas grandes propriedades, afetou diretamente a organização da agricultura familiar que tem como base a exploração do trabalho em pequenas áreas, tendo como prioridade o consumo e o mercado interno. Diante deste novo panorama presente no espaço rural brasileiro a agricultura familiar permaneceu em função acessória e complementar à grande propriedade, que exerceu seu pleno domínio no terreno da produção agrícola.

Para Schneider (2009, p.87):

essa função acessória estaria relacionada a pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz sua renda a níveis que obrigam estas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo.

Ainda utilizando as contribuições de Schneider, este autor salienta que o agricultor familiar para não abandonar definitivamente o campo tornou-se mão de obra assalariada nas grandes propriedades, ou buscou através da introdução de outras atividades agrícolas ou não-agrícolas dinamizar a propriedade familiar. Os que persistem desenvolvendo o trabalho familiar dentro das relações capitalistas vêm buscando alternativas através da pluriatividade<sup>1</sup>, mantendo relações estáveis com esta estruturação social, econômica e cultural.

---

<sup>1</sup> Fenômeno que surgiu na Europa, sobretudo na França na década de 80 e referia-se a agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) incorporado na reflexão sobre novas dinâmicas no mundo rural neste continente, como também nos

Atualmente, não podemos analisar agricultura familiar separada do processo de capitalização, pois diante dos rumos que o espaço rural tomou a partir do processo de modernização seria um equívoco afirmar que não há uma relação entre agricultura familiar e mercantilização. Também não podemos mais conceituá-la como uma categoria centrada em torno da “pequena propriedade”, “agricultura de subsistência”, demonstrando “pobre”, “atrasada” diante das propriedades capitalistas modernas.

Para Wanderley (2003, p. 48). Importante é “considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais.” Do mesmo modo a autora destaca que:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino, e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando (...) as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (...) a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão.

Deste modo, observa-se que a agricultura familiar conserva o trabalho familiar, mas encontra-se ampliando suas relações comerciais com o setor industrial. Diante disto, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do processo de modernização do espaço rural provocaram transformações na organização produtiva das propriedades familiares, bem como nas suas relações com a sociedade capitalista. A presença dos agricultores familiares na sociedade atual não é mais vista como uma simples reprodução do campesinato tradicional, pois mudanças profundas estão em curso, alterando a forma de produzir, a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. (WANDERLEY, 2003).

Também é visível no cenário econômico brasileiro, que o “novo” modelo de desenvolvimento econômico deste século não vem integrando a agricultura familiar de forma igualitária, privilegiando os agricultores familiares modernos e as culturas que oferecem oportunidades para o capital materializar-se sobre o espaço, produzindo uma desigualdade regional proporcionada pelas distintas formas de integração do modo de produção familiar e da divisão social do trabalho.

Esta distinção produtiva presente no interior da agricultura familiar, resultante da ação do capital sobre este espaço, contribuiu para que as formas de produção e de trabalho presente fossem reestruturadas e o campo não fosse mais apenas o universo das atividades agrícolas e agrárias, mas sim o espaço da diversificação das atividades produtivas.

Para Schneider (2009, p. 26)

---

Estados Unidos. No Brasil seu debate ainda é recente, mas vem ganhando forças através da inserção de atividade não-agrícolas no espaço rural.

(...) a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. O que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições entre outras.

O campo não pode mais ser visto como o lugar onde predominam apenas a agricultura e a pecuária, pois as transformações no modo de produção ocasionada pelo processo de modernização tecnológica, reestruturaram este espaço proporcionando uma reorganização através da diversificação das atividades e do trabalho familiar, introduzindo um conjunto de novas funções ao campo através da ocupação nas atividades não-agrícolas. Neste contexto, as atividades pluriativas vêm ganhando projeção nacional, contribuindo para fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares.

O surgimento das famílias pluriativas está relacionado com esta nova caracterização do espaço rural, combinando vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que seus membros possuem vários tipos de inserção profissional. (SCHNEIDER 2009). A pluriatividade apresenta-se como uma unidade produtiva multidimensional, em que além da prática da agricultura, outras atividades também são desenvolvidas interna ou externa à propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas.

Como afirma Schneider (2009) o espaço rural apresenta-se como um espaço polissêmico, pois abrangem atividades econômicas de natureza diversa, como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, o ambientalismo, o lazer, entre outros. Do mesmo modo, Godoy e Wizniewsky (2013) também entendem a pluriatividade como a interação das atividades agrícolas e não-agrícolas, exercida pela família dentro ou fora de sua propriedade, conforme suas possibilidades existentes, criando um mercado amplo de trabalho. Sendo assim, a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agropecuária constituirá uma família como pluriativa.

A pluriatividade constituída a partir da integração destas atividades proporciona uma maior diversificação produtiva e de trabalho entre os membros da família, aumentando assim a renda, a autonomia do agricultor e a diminuição da dependência econômica com relação às empresas privadas e os bancos. Novas potencialidades emergem no interior da propriedade, fortalecendo a agricultura familiar e sua reprodução econômica e social. Entre estas potencialidades Godoy e Wizniewsky (2013) destacam: redução do êxodo rural, estimulação do desenvolvimento local e rural, sustentabilidade ambiental, entre outros.

O desenvolvimento das atividades pluriativas pelos agricultores familiares dependerá de alguns fatores como: infraestrutura das propriedades, existência de mão de obra familiar, capacidade de mercado consumidor, decisão familiar, entre outros, que poderá limitar ou

possibilitar a diversificação da produção e das fontes de renda. A articulação destes elementos é um dos pontos chaves para que a pluriatividade concretiza-se no interior das propriedades familiares.

O “novo” olhar para agricultura familiar consiste em perceber esta categoria social como um espaço onde emergem as atividades pluriativas, aliadas a produção agropecuária, buscando novos mercados e estratégias para reprodução social e econômica da população rural, sem que a família abandone as atividades agrícolas.

Entre estas atividades destacam-se o desenvolvimento das agroindústrias, da produção de hortifrutigranjeiros, integrados aos mercados locais, regionais e nacionais, bem como o turismo rural, entre outros.

Neste sentido, o meio rural é mais que o espaço de produção agrícola, ou seja, é formado a partir da construção social, histórica e subjetiva, em que o agricultor familiar e sua família são os protagonistas, responsáveis pelo processo de dinamização deste local, através da intensa relação de trabalho, estabelecendo estratégias que visam não apenas a sobrevivência imediata, mas a garantia da reprodução das gerações futuras.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta reflexão teórica leva-nos a apresentar algumas considerações sobre o papel a ser desempenhado hoje pela agricultura familiar, diante da modernização das atividades produtivas no meio rural. No entanto, parece evidente que este processo não contribuiu para implantação de uma forma social de produção única e uniforme em todos os espaços, o que vem colocando a agricultura familiar em um lugar de grande relevância no cenário atual da economia brasileira, evidenciada nas formas de produzir, na centralidade da família e no modo de vida.

Diante disto, podemos afirmar que o agricultor familiar não desapareceu com o processo de capitalização da agricultura, ao contrário, ele se reestruturou e adaptou-se ao novo modelo de produção e reprodução social.

Quanto a conceituação da agricultura familiar como uma categoria, observa-se certa dificuldade atualmente em construir uma definição, pois as posições teóricas e operacionais variam bastante. Por mais que seu surgimento não seja recente, no Brasil seu reconhecimento só ocorreu na década de 90, a partir dos esforços dos movimentos sociais e acadêmicos, através da intensificação das discussões sobre o espaço a ser ocupado e as atividades a ser desenvolvidas pelos agricultores familiares diante do desenvolvimento do capitalismo.

Contrariando os estudos marxistas que defendem a homogeneização ou extinção do campesinato a partir da instauração do capitalismo no espaço rural, a agricultura familiar apresenta-

se viva e estabeleceu estratégias de diversificação de produção no interior da propriedade familiar, como também fora dela.

Os resultados apresentam-se através da diversificação das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas pelo agricultor familiar e sua família. Estas atividades como demonstram vários autores destacam-se através da pluriatividade, que deve ser vista como uma estratégia para aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida, bem com contribuir para a redução da vulnerabilidade econômica, social e ambiental, fortalecendo a agricultura familiar e a permanência do homem no campo.

Neste novo contexto apresentado pelo espaço rural, em que a pluriatividade emerge como propulsora, dinamizando a agricultura familiar, a agroindústria familiar encontra-se como uma das alternativas utilizadas pelos agricultores para a inserção de novas atividades, através do beneficiamento da matéria prima, tornando a propriedade mais eficiente em termos produtivos, econômicos e ambientais.

É evidente que a agricultura familiar apresentou algumas características modernas com a introdução da técnica e do capital, todavia a sua essência permanece voltada para produção para o autoconsumo com venda do excedente. No entanto, o que precisa ser considerado são as especificidades presentes no interior das propriedades familiares, como as potencialidades que cada local rural tem a oferecer e ser explorado.

É necessário que novas políticas públicas em estímulo a diversificação produtiva seja criada pelos 'órgãos públicos para atender as demandas propostas pela agricultura familiar, integrando os agricultores familiares aos mercados locais e regionais, contribuindo para a diversificação das fontes de renda, fortalecimento da pequena propriedade e conseqüentemente diminuição dos processos de êxodo rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1. ed. Brasília: Unesco, 1998. 104p.

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BRUM, J. A. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. 1. ed. Ijuí: Vozes, 1988. 200p.

CAMPOS, M. C.; TSUKAMOTO, R. Y. As principais correntes da agricultura não convencional. In: CARVALHO, M. S. **Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Londrina: a Autora, 2003. p.17-33

DAVID, C. **A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no município de São Sepé – RS.** 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo. 1995.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013.

GODOY, C. M. T.; WIZNIEWSKY, J. G. O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2016.

MARMILICS, S. T. J. **A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões-RS.** 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SANTOS, E. V. M. As múltiplas leituras do espaço rural. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 81-101, 2013.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 176p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 250p.

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Instituto de Economia, 1996. 211p.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 97p.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na agricultura.** 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95p.

VALENTE, V. **A agricultura e Organização do Espaço – O caso do Chapadão no Município de Jaguari, RS, nos últimos 40 anos.** 2001. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.

WANDERLEY, M. J. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e discontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.